

INTRODUÇÃO .....	13
Capítulo 1 – A CONSTITUIÇÃO E SUA SUPREMACIA .....	19
1.1. O Poder Constituinte: antecedentes.....	19
1.2. O Poder Constituinte: noções básicas, titularidade e legitimidade .....	27
1.3. Normas constitucionais em sentido formal e material.....	33
1.4. A posição da Constituição no ordenamento jurídico .....	36
1.5. Constituições rígidas, semirrígidas e flexíveis .....	38
Capítulo 2 – O FENÔMENO DA INCONSTITUCIONALIDADE ....	41
2.1. Existência, validade e eficácia das normas jurídicas.....	41
2.2. Conceito de inconstitucionalidade.....	51
2.3. Tipologia da inconstitucionalidade.....	54
2.3.1. Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal .....	54
2.3.2. Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial .....	58
2.3.3. Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente .....	59
2.3.4. Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	65
2.4. Consequências da inconstitucionalidade.....	66
Capítulo 3 – O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	73
3.1. Conceito.....	73
3.2. O modelo norte-americano .....	75

3.2.1. Precedentes .....	75
3.2.2. O caso <i>Marbury v. Madison</i> .....	82
3.2.3. As reações ao caso <i>Marbury v. Madison</i> e a evolução do <i>judicial review</i> nos Estados Unidos.....	89
3.2.4. O <i>judicial review</i> nos dias atuais.....	99
3.2.4.1. <i>Justiciability</i> e a doutrina das “questões políticas” .....	100
3.2.4.2. O <i>stare decisis</i> .....	102
3.2.4.3. A retroatividade das decisões em sede de <i>judicial review</i> .....	107
3.2.4.4. Resumo das características do <i>judicial review</i> norte-americano .....	110
3.3. O controle de constitucionalidade na Europa continental.....	111
3.3.1. O modelo austríaco puro e sua progressiva hibridização.....	111
3.3.2. A difusão parcial do modelo austríaco e as características do chamado “modelo europeu” .....	118
3.4. O modelo francês.....	121
Capítulo 4 – HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	125
4.1. A Constituição Imperial de 1824.....	125
4.2. A Constituição Republicana de 1891 .....	126
4.3. A Constituição de 1934.....	128
4.4. A Constituição de 1937 .....	131
4.5. A Constituição de 1946.....	132
4.6. A Constituição de 1967/1969 .....	135
Capítulo 5 – O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS EFEITOS DAS DECISÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE.....	139
5.1. O sistema incidental-difuso .....	139
5.1.1. Declaração de nulidade e efeitos temporais.....	143
5.1.2. O efeito <i>inter partes</i> .....	152

5.1.3. A (in)segurança jurídica e o papel do Senado no controle de constitucionalidade.....	160
5.2. O sistema principal-concentrado.....	173
5.2.1. A coisa julgada.....	177
5.2.2. A ação direta de inconstitucionalidade: eficácia <i>erga omnes</i> .....	179
5.2.3. A ação declaratória de constitucionalidade e o efeito vinculante.....	187
5.2.3.1. O significado do efeito vinculante.....	193
5.2.3.2. O efeito vinculante e a ação direta de inconstitucionalidade.....	198
5.2.3.3. Os destinatários do efeito vinculante.....	201
5.2.4. As Leis n.ºs 9.868/99 e 9.882/99 e a modulação dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade.....	203
5.2.5. As medidas cautelares em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade.....	217
5.2.6. A declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto e a interpretação conforme a Constituição.....	220
5.2.7. A coisa julgada e a vinculação do Supremo aos seus precedentes.....	227
5.2.8. Os efeitos da decisão na ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	232
5.3. A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade na ADIn interventiva.....	244
5.4. Efeito repristinatório.....	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258